

A importância das equipes multidisciplinares na promoção da educação inclusiva no contexto escolar.

The importance of multidisciplinary teams in promoting inclusive education in the school context.

Cláudia Medeiros dos Santos¹

Malone Pires Conceição²

Luana Regina Ramos Caldeira Mata³

Luciano Carvalho Rapagnã⁴

RESUMO

A inclusão escolar, embora respaldada por um sólido arcabouço legal no contexto brasileiro, ainda enfrenta desafios significativos para sua efetiva concretização no cotidiano das instituições de ensino. Entre os principais entraves, destacam-se a insuficiência de recursos materiais e humanos, as lacunas na formação docente para o atendimento à diversidade e a fragilidade da articulação entre os diferentes profissionais envolvidos no processo educativo, evidenciando a necessidade do fortalecimento de práticas pedagógicas e estratégias institucionais voltadas à promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo compreender a importância da atuação da equipe multidisciplinar na promoção da educação inclusiva. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, realizada por meio de revisão bibliográfica, com base em autores da área da inclusão e em documentos legais. Os resultados indicam que a inclusão não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva do professor, exigindo a atuação integrada de profissionais como psicólogos, pedagogos e especialistas do Atendimento Educacional Especializado. Conclui-se que a atuação colaborativa e multidisciplinar é fundamental para a superação de barreiras e para a garantia de uma educação acessível e de qualidade para todos os estudantes.

Palavras-chave: Educação; Inclusão Escolar; Equipe multidisciplinar; Alunos com deficiência; Práticas pedagógicas.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras, campus Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil.

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras, campus Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil.

³ Mestre em Psicologia, docente do Curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras, campus Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil.

⁴ Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade de Vassouras, campus Saquarema, Rio de Janeiro, Brasil.

ABSTRACT

School inclusion, although supported by a solid legal framework in the Brazilian context, still faces significant challenges regarding its effective implementation in educational institutions. Among the main obstacles are the insufficiency of material and human resources, gaps in teacher training to address diversity, and the fragility of collaboration among the different professionals involved in the educational process, highlighting the need to strengthen pedagogical practices and institutional strategies aimed at promoting truly inclusive education. In this context, this study aims to analyze the importance of multidisciplinary team performance in fostering inclusive education. This qualitative research was conducted through a bibliographic review based on authors in the field of inclusion and legal documents. The results indicate that inclusion cannot be understood as the sole responsibility of teachers, requiring the integrated work of professionals such as psychologists, pedagogues, and specialists in Specialized Educational Services. It is concluded that collaborative and multidisciplinary action is essential to overcome barriers and ensure accessible and quality education for all students.

Keywords: Education. School inclusion. Multidisciplinary team. Students with disabilities. Pedagogical practices.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva representa um dos maiores desafios e avanços do campo educacional contemporâneo. Mais do que garantir a matrícula, ela busca assegurar o acesso, a permanência e o aprendizado real de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças ou limitações. Para Ainscow (2009), a inclusão é um processo contínuo de busca por formas mais adequadas de responder à diversidade, o que exige mudanças culturais e estruturais profundas. No Brasil, essa perspectiva é reforçada por Mantoan (2003), que define a inclusão como a transformação do sistema de ensino para que as escolas se tornem espaços de valorização das diferenças e promoção de igualdade de oportunidades.

Historicamente, a transição da integração para a inclusão plena foi marcada por uma mudança de paradigma. Enquanto a integração esperava que o aluno se adaptasse à escola, a inclusão, conforme defendido por Sasaki (1997), exige que a sociedade e as instituições se modifiquem para acolher a pessoa com deficiência em sua totalidade. Essa visão é compartilhada por Mittler (2003), que argumenta que a inclusão envolve uma reforma radical nas práticas de ensino e na organização escolar. Assim, a inclusão deixa de ser um "favor" ou um projeto isolado para se tornar um direito fundamental, sustentado pela colaboração entre todos os agentes educativos (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Nesse cenário, o sucesso do processo inclusivo depende diretamente do trabalho colaborativo. A parceria entre professores da sala comum, profissionais especializados e equipes multidisciplinares permite a construção de estratégias pedagógicas personalizadas, favorecendo o desenvolvimento integral do aluno. Para Freire (2004), o ato de ensinar exige

um compromisso coletivo e diálogo constante, reforçando que a cooperação no ambiente escolar é o que viabiliza uma prática verdadeiramente democrática.

Entretanto, a distância entre a legislação e a prática cotidiana revela obstáculos significativos. Apesar do robusto aparato legal, muitas escolas enfrentam dificuldades severas, como a falta de recursos materiais e a ausência de uma rede de apoio estruturada. A prática pedagógica é frequentemente marcada por lacunas decorrentes de uma formação docente insuficiente, o que gera insegurança e isolamento do professor regente. Sem o suporte de equipes multidisciplinares que integrem saberes da saúde, psicologia e assistência social, a inclusão corre o risco de tornar-se meramente administrativa, negligenciando as necessidades emocionais e físicas dos estudantes (PEÇANHA, 2018).

Sob a perspectiva social, a pesquisa justifica-se pela urgência de garantir o cumprimento dos direitos educacionais das pessoas com deficiência. A inclusão não é apenas uma diretriz administrativa, mas um imperativo ético e legal que visa combater a exclusão histórica e promover uma sociedade mais justa. Ao analisar como o suporte especializado viabiliza a permanência e o aprendizado real desses alunos, este trabalho reafirma a educação como um direito universal, contribuindo para que a escola cumpra sua função social de acolher a diversidade e promover a cidadania.

Diante desse contexto, a problemática central desta pesquisa não se limita a discutir a relevância do apoio especializado à inclusão escolar, mas busca compreender de que maneira a ausência ou a atuação fragmentada das equipes multidisciplinares impacta as dificuldades enfrentadas pela escola regular e quais lacunas pedagógicas emergem quando o professor não dispõe desse suporte. Considerando os desafios que permeiam a efetivação da educação inclusiva, torna-se necessário refletir sobre as contribuições que diferentes profissionais podem oferecer para a construção de práticas pedagógicas mais acessíveis, colaborativas e responsivas às necessidades dos estudantes com deficiência.

Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo é compreender o papel das equipes multidisciplinares como mediadoras no processo de inclusão escolar, analisando como a integração de diferentes áreas do conhecimento pode contribuir para a superação dos entraves presentes no sistema educacional. Ademais, busca-se refletir sobre os principais desafios enfrentados pelas escolas e pelos professores nesse processo, compreendendo o papel dessas equipes no acompanhamento dos estudantes, investigando a contribuição dos diversos profissionais para seu desenvolvimento e discutindo de que maneira a atuação articulada entre professores e especialistas favorece a efetivação da inclusão escolar.

Para alcançar tais objetivos, o artigo está organizado em três momentos. Inicialmente, apresentam-se os fundamentos teóricos da educação inclusiva, destacando seus princípios,

avanços e desafios. Em seguida, discute-se o conceito, a composição e as atribuições das equipes multidisciplinares no contexto educacional. Por fim, analisa-se o impacto da atuação desses profissionais na promoção da inclusão de alunos com deficiência, evidenciando suas contribuições para a construção de uma escola mais equitativa, participativa e comprometida com o direito à aprendizagem de todos.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, conforme os pressupostos de Gil (2002). A opção pela pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de reunir e analisar produções científicas e documentos normativos que discutem a atuação das equipes multidisciplinares no contexto da educação inclusiva, possibilitando uma compreensão ampla do fenômeno investigado.

O levantamento bibliográfico contemplou publicações produzidas no período de 2010 a 2025, considerando a relevância das discussões mais recentes acerca das políticas públicas de inclusão e do trabalho colaborativo entre profissionais da educação e áreas afins. Foram consultadas produções acadêmicas, entre artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos oficiais. As buscas ocorreram nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando-se descritores como: “educação inclusiva”, “equipes multidisciplinares”, “interdisciplinaridade”, “atendimento educacional especializado”, “inclusão escolar” e “trabalho colaborativo”.

Também foram analisados documentos normativos fundamentais para a compreensão do tema, tais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e demais legislações correlatas.

Os critérios de inclusão compreenderam: publicações em Língua Portuguesa, disponíveis integralmente em meio digital, que abordassem diretamente a educação inclusiva, o trabalho interdisciplinar ou a atuação de equipes multidisciplinares no contexto escolar. Foram priorizados estudos com reconhecida relevância acadêmica e científica, incluindo autores de referência na área, como Mantoan, Sasaki, Glat e Mendes, bem como pesquisas recentes que discutem desafios e avanços das políticas inclusivas (MENDES, 2024; SILVA et al., 2025).

Como critérios de exclusão, foram descartados os trabalhos duplicados, as publicações sem relação direta com a temática investigada, textos sem respaldo científico e materiais cujo foco estivesse restrito a contextos clínicos sem articulação com o ambiente escolar. Quanto à

abordagem, a pesquisa é de natureza qualitativa, uma vez que busca compreender significados, concepções e contribuições atribuídas às equipes multidisciplinares no processo de inclusão escolar. Segundo Minayo (2010), a pesquisa qualitativa possibilita a interpretação dos fenômenos sociais a partir de seus contextos e relações, valorizando aspectos que não podem ser reduzidos a indicadores quantitativos. O estudo possui caráter exploratório, pois objetiva ampliar a compreensão sobre a importância das equipes multidisciplinares para a efetivação da educação inclusiva, proporcionando maior familiaridade com o problema investigado (SEVERINO, 2017).

A análise dos materiais selecionados ocorreu por meio da técnica de análise temática. Inicialmente, realizou-se uma leitura exploratória dos textos para identificação de sua pertinência ao objeto de estudo. Em seguida, procedeu-se à leitura analítica e ao fichamento das principais ideias, conceitos e resultados apresentados pelos autores. Posteriormente, os conteúdos foram organizados em categorias temáticas construídas a partir da recorrência e convergência dos assuntos abordados nas produções analisadas.

As categorias centrais identificadas foram: (a) fundamentos da educação inclusiva; (b) desafios da inclusão no contexto escolar; (c) atuação das equipes multidisciplinares; e (d) contribuições do trabalho colaborativo para o desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes.

Por fim, os dados foram interpretados de forma crítica e articulados ao referencial teórico e aos documentos normativos, buscando evidenciar as contribuições das equipes multidisciplinares para a construção de práticas educacionais mais inclusivas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A INCLUSÃO ESCOLAR E SEUS DESAFIOS

A educação inclusiva é um paradigma que busca garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes no ambiente educacional, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou culturais. Baseada no princípio da equidade, essa perspectiva defende que a escola deve se adaptar às necessidades dos alunos, e não o contrário. Para Mantoan (2003), a inclusão não é apenas a inserção do aluno com deficiência na classe comum, mas uma transformação profunda nas práticas pedagógicas, na organização escolar e nas atitudes dos profissionais da educação.

É fundamental, nesse debate, diferenciar os conceitos de integração e inclusão. Na integração, o foco recai sobre o aluno, que deve ser "preparado" para se adaptar ao sistema escolar padrão, muitas vezes frequentando espaços isolados dentro da escola. Já na inclusão,

conforme aponta Sasaki (1997), o foco desloca-se para o ambiente: é o sistema educacional que deve se transformar para eliminar as barreiras que impedem a participação de todos.

Enquanto a integração aceita a presença do aluno sob certas condições, a inclusão celebra a diversidade como um valor intrínseco ao processo educativo (MITTLER, 2003).

Apesar dos avanços nas políticas públicas, a efetivação desse processo esbarra em severos desafios estruturais. A escola contemporânea ainda lida com infraestruturas físicas inadequadas, que dificultam a acessibilidade, e com a carência de recursos pedagógicos adaptados e tecnologias assistivas. Além disso, a falta de formação continuada e de tempo para o planejamento coletivo gera insegurança nos docentes, limitando a adaptação das práticas pedagógicas às necessidades reais dos alunos (GLAT; BLANCO, 2007). A ausência de suporte especializado e de redes de apoio estruturadas faz com que a inclusão, por vezes, ocorra de forma precária, sobrecarregando o professor regente.

Superar esses obstáculos exige uma mudança radical na concepção do papel da escola. As instituições precisam abandonar modelos tradicionais e homogêneos de ensino em favor de práticas flexíveis e centradas no estudante, reconhecendo a diferença como parte natural da experiência humana (BRASIL, 2008). Nesse sentido, a inclusão demanda não apenas reformas físicas ou administrativas, mas um compromisso coletivo. A atuação integrada entre professores, gestores, famílias e equipes multidisciplinares é o que permite transformar a escola em um espaço de oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento para todos.

3.2 A ATUAÇÃO DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES NA EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No contexto da educação inclusiva, a complexidade das demandas educacionais presentes nas escolas ultrapassa a atuação individual do professor, tornando necessária a constituição de redes de apoio e colaboração capazes de atender à diversidade de necessidades dos estudantes. Nesse cenário, as equipes multidisciplinares assumem papel fundamental ao promover a articulação de diferentes saberes e áreas de conhecimento, contribuindo para a construção de estratégias pedagógicas mais efetivas e para a ampliação das oportunidades de aprendizagem, participação e desenvolvimento dos estudantes. Mendes, Almeida e Toyoda (2011) argumentam que a inclusão escolar requer ações colaborativas permanentes, uma vez que os desafios enfrentados pelos professores ultrapassam os limites da formação inicial e demandam suporte especializado no cotidiano escolar.

Para compreender a contribuição dessas equipes, torna-se necessário diferenciar os conceitos de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade,

frequentemente utilizados como sinônimos, mas que apresentam características distintas. A multidisciplinaridade refere-se à atuação conjunta de profissionais de diferentes áreas em torno de um mesmo objetivo, porém sem que haja, necessariamente, integração efetiva entre os saberes. Nesse modelo, cada especialista atua a partir de sua área de conhecimento, mantendo relativa autonomia em suas intervenções. Embora represente um avanço em relação ao trabalho isolado, a simples justaposição de profissionais nem sempre é suficiente para responder à complexidade das demandas educacionais inclusivas.

Em um nível mais avançado de articulação, a interdisciplinaridade caracteriza-se pela reciprocidade, pelo diálogo e pela integração entre os diferentes campos do conhecimento. Segundo Luck (2001), trata-se de um processo de coordenação comum, no qual os saberes são compartilhados para solucionar problemas que não poderiam ser compreendidos ou resolvidos por uma única área. Em sua expressão mais ampla, a transdisciplinaridade propõe a superação das fronteiras disciplinares em busca de uma compreensão integral do sujeito e de sua realidade

(FAZENDA, 2008). No contexto educacional, a interdisciplinaridade apresenta-se como condição essencial para que os diversos profissionais envolvidos atuem de forma articulada, constituindo uma rede de apoio efetiva ao estudante.

Essa perspectiva colaborativa encontra respaldo nos estudos de Mendes, Almeida e Toyoda (2011), que analisaram experiências de consultoria colaborativa em escolas regulares e verificaram que ações pontuais de formação continuada não eram suficientes para atender às demandas da inclusão. Os autores identificaram que muitos professores relatavam sentimentos de insegurança e isolamento diante das necessidades educacionais dos estudantes, evidenciando a importância de mecanismos permanentes de apoio e acompanhamento. Nesse sentido, o trabalho colaborativo fortalece a prática docente ao promover relações horizontais entre os profissionais, marcadas pelo compartilhamento de responsabilidades e pela busca coletiva de soluções para os desafios educacionais.

Dentro dessa lógica, a atuação de profissionais especializados, como psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, ultrapassa a dimensão do atendimento individualizado. Conforme destaca Peçanha (2018), esses especialistas contribuem para a identificação de barreiras à aprendizagem que muitas vezes não são percebidas exclusivamente pelo olhar pedagógico. Sua participação amplia a compreensão das dimensões biopsicossociais que influenciam o desenvolvimento dos estudantes, favorecendo a construção de estratégias educacionais mais adequadas às necessidades individuais e coletivas. Essa visão também é defendida por Glat e Blanco (2007),

ao enfatizarem a importância de uma compreensão ampliada do processo educativo para a efetivação da inclusão escolar.

Além de contribuir diretamente para o acompanhamento dos estudantes, a atuação das equipes multidisciplinares fortalece a autonomia docente por meio do suporte técnico e da troca de conhecimentos. O trabalho conjunto favorece o planejamento de adaptações curriculares, a implementação de tecnologias assistivas e a elaboração de estratégias pedagógicas mais acessíveis e eficazes. Conforme destacam Mendes, Almeida e Toyoda (2011), a interação entre diferentes profissionais também promove processos contínuos de reflexão sobre a prática pedagógica, ampliando as possibilidades de enfrentamento das barreiras que dificultam a participação e a aprendizagem dos alunos.

Essa compreensão é ampliada por Mendes (2024), ao defender que a atuação multiprofissional deve ocorrer a partir de uma perspectiva institucional e coletiva, considerando não apenas as necessidades individuais dos estudantes, mas também os fatores escolares, sociais e culturais que influenciam os processos educativos. Para a autora, a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende do fortalecimento das relações entre educação, saúde, assistência social e comunidade, constituindo uma rede de apoio capaz de responder às múltiplas demandas presentes no ambiente escolar.

Dessa forma, a efetivação da educação inclusiva exige a transição de práticas meramente multidisciplinares para ações efetivamente interdisciplinares, pautadas na colaboração, no diálogo e na corresponsabilidade entre os diferentes profissionais. Mais do que oferecer suporte técnico especializado, às equipes multidisciplinares contribuem para o fortalecimento do trabalho docente, para a superação de barreiras à aprendizagem e para a consolidação de uma cultura escolar comprometida com o respeito às diferenças, a equidade e a garantia do direito à educação para todos.

3.3 CAMINHOS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL: FORMAÇÃO DOCENTE, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E ATUAÇÃO MULTIDISCIPLINAR

A efetivação da educação inclusiva exige a transformação das práticas escolares e a construção de estratégias capazes de atender à diversidade presente nas salas de aula. Nesse processo, a formação docente constitui um dos principais pilares para a consolidação de uma escola inclusiva. Conforme destaca Mantoan (2003), a preparação dos professores não deve restringir-se a cursos pontuais, mas ocorrer de forma continuada e articulada ao cotidiano escolar, possibilitando a reflexão crítica sobre a própria prática. A insuficiência de conhecimentos específicos acerca das diferentes deficiências e necessidades educacionais pode

gerar insegurança profissional, evidenciando a importância do suporte oferecido pelas equipes multidisciplinares para o desenvolvimento de competências pedagógicas inclusivas.

A atuação dessas equipes contribui para a compreensão integral do processo educativo, uma vez que a aprendizagem envolve dimensões pedagógicas, cognitivas, emocionais e sociais. Segundo Mendes (2024), trata-se de um fenômeno complexo que não pode ser explicado a partir de uma única perspectiva, exigindo a articulação de diferentes áreas do conhecimento para compreender adequadamente as necessidades dos estudantes. Nesse sentido, a colaboração entre profissionais favorece a identificação de barreiras à aprendizagem e possibilita a elaboração de intervenções mais abrangentes e contextualizadas.

No âmbito pedagógico, a inclusão requer a superação de modelos homogêneos de ensino, tradicionalmente estruturados para um perfil único de estudante. Essa mudança pressupõe a adoção de metodologias flexíveis e dos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que propõem o planejamento de estratégias acessíveis desde o início do processo educativo. De acordo com Glat e Blanco (2007), práticas pedagógicas inclusivas são aquelas que reconhecem as singularidades dos estudantes, respeitam diferentes ritmos de aprendizagem e utilizam recursos diversificados, incluindo tecnologias assistivas e estratégias multissensoriais, para ampliar as possibilidades de participação e aprendizagem.

Complementando essas ações, as adaptações curriculares constituem instrumentos essenciais para garantir o acesso dos estudantes ao conhecimento escolar. Conforme orienta Brasil (2008), adaptar o currículo não significa reduzir ou simplificar os conteúdos de forma indiscriminada, mas adequar objetivos, metodologias, recursos e formas de avaliação às necessidades dos alunos, assegurando sua participação efetiva no processo educativo. Para que essas adequações sejam significativas, sua elaboração deve ocorrer de maneira colaborativa, envolvendo professores, gestores e profissionais especializados.

As pesquisas desenvolvidas por Mendes, Almeida e Toyoda (2011) evidenciam que práticas colaborativas entre educadores e equipes multidisciplinares produzem impactos positivos tanto no desenvolvimento dos estudantes quanto no fortalecimento do trabalho docente. Os autores observaram avanços relacionados à socialização, à linguagem, às habilidades acadêmicas e à ampliação das oportunidades de participação dos alunos no ambiente escolar. Além disso, o compartilhamento de conhecimentos e responsabilidades contribui para que os professores se sintam mais seguros diante dos desafios da inclusão, fortalecendo sua capacidade de planejar e implementar estratégias pedagógicas adequadas às diferentes necessidades educacionais.

Outro aspecto relevante refere-se à construção de redes de apoio que extrapolam os limites da escola e envolvem famílias, serviços de saúde, assistência social e demais recursos

disponíveis no território. Mendes (2024) destaca que essa articulação intersetorial favorece uma compreensão mais ampla das condições de vida dos estudantes e possibilita o desenvolvimento de ações mais eficazes para enfrentar situações de vulnerabilidade social, dificuldades de aprendizagem e processos de exclusão. Dessa forma, a inclusão passa a ser compreendida como uma responsabilidade compartilhada entre diferentes atores sociais e não apenas como uma atribuição da instituição escolar.

Diante desse cenário, observa-se que a formação docente, a adoção de práticas pedagógicas flexíveis, a realização de adaptações curriculares e a atuação articulada das equipes multidisciplinares constituem elementos indissociáveis para a promoção da educação inclusiva. Mais do que oferecer suporte técnico especializado, essas equipes favorecem a construção de ambientes educacionais mais equitativos, acessíveis e comprometidos com o desenvolvimento integral dos estudantes, contribuindo para que a inclusão se concretize como um direito efetivamente garantido a todos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender a relevância da atuação das equipes multidisciplinares na promoção da inclusão escolar de alunos com deficiência. Ao longo deste estudo, ficou evidente que a educação inclusiva não se esgota na garantia da matrícula, mas exige uma reestruturação profunda das práticas pedagógicas e das redes de apoio que sustentam o cotidiano escolar.

A análise da literatura evidenciou três eixos principais: a necessidade de formação continuada dos profissionais da educação, a importância da atuação interdisciplinar das equipes multidisciplinares e os desafios estruturais enfrentados pelas escolas para efetivar a inclusão. Observou-se, ainda, que a maior parte dos estudos analisados aponta que a ausência de articulação entre os diferentes profissionais compromete o desenvolvimento pedagógico, social e emocional dos alunos com deficiência.

Ao retomar a problemática central, que questionava como a ausência ou atuação fragmentada dessas equipes impacta as dificuldades da escola regular, conclui-se que o isolamento do professor regente é um dos maiores entraves para a efetivação dos direitos educacionais. A pesquisa demonstrou que, sem o suporte de profissionais de áreas como Psicologia, Fonoaudiologia, Psicopedagogia e Assistência Social, as lacunas na prática pedagógica se acentuam, gerando insegurança docente e, conseqüentemente, a exclusão funcional do estudante com deficiência.

Os resultados sintetizados neste trabalho indicam que a transição de um modelo meramente multidisciplinar para uma prática interdisciplinar é um dos principais diferenciais

para o sucesso inclusivo. Enquanto a multidisciplinaridade mantém os saberes isolados, a interdisciplinaridade promove o diálogo e a construção coletiva de estratégias, como adaptações curriculares e uso de tecnologias assistivas, permitindo que o aluno desenvolva suas potencialidades em um ambiente de maior equidade.

Entretanto, apesar do consenso teórico presente na literatura sobre a importância da inclusão e do trabalho colaborativo, observa-se que, na prática escolar, ainda prevalecem concepções integracionistas, nas quais o aluno com deficiência é inserido no ambiente regular sem o suporte necessário para sua permanência e aprendizagem efetiva. Tal contradição evidencia que muitas instituições ainda enfrentam limitações relacionadas à falta de recursos, à insuficiência de formação docente e à ausência de políticas públicas capazes de garantir equipes multidisciplinares permanentes nas escolas.

Portanto, a atuação conjunta entre professores e especialistas não deve ser vista como um suporte periférico, mas como elemento central para a construção de uma escola democrática e inclusiva. Este estudo contribui para a área educacional ao reforçar que a inclusão é um compromisso coletivo que demanda formação continuada, recursos adequados e, sobretudo, uma gestão escolar que valorize a articulação entre diferentes saberes e práticas pedagógicas.

Quanto à dimensão profissional, este trabalho oferece contribuições diretas para a prática de professores e gestores escolares. Diante dos desafios cotidianos como a insegurança docente e a carência de recursos pedagógicos adequados, a compreensão do papel das equipes multidisciplinares fornece subsídios para que os educadores desenvolvam estratégias de ensino mais assertivas. Para a gestão, o estudo sinaliza caminhos para a organização de redes de apoio e parcerias, auxiliando na implementação de práticas que não apenas "recebam" o aluno, mas que efetivamente valorizem as diferenças e promovam o desenvolvimento integral do estudante no ambiente escolar.

No que tange à dimensão científica, observa-se que, embora existam vastas discussões sobre políticas públicas de inclusão, ainda há uma lacuna de estudos que debatam, de forma específica, a atuação prática das equipes multidisciplinares no cotidiano escolar. Muitas pesquisas focam na teoria da inclusão ou nas dificuldades isoladas do professor, mas poucas exploram a dinâmica de colaboração entre diferentes profissionais e como essa integração de saberes resolve problemas concretos em sala de aula. Assim, este estudo busca ampliar o referencial teórico sobre a temática, oferecendo uma análise fundamentada sobre a mediação técnica nesse processo.

Como limitação, destaca-se o fato de a pesquisa possuir caráter exclusivamente bibliográfico, não contemplando investigação de campo junto a profissionais da educação ou

equipes multidisciplinares. Como sugestão para trabalhos futuros, aponta-se a necessidade de estudos de caso que acompanhem o cotidiano de escolas que já possuem equipes multidisciplinares fixas, a fim de mensurar os impactos diretos no desempenho acadêmico e social dos alunos.

Dessa forma, a inclusão escolar somente se concretiza quando deixa de ser responsabilidade exclusiva do professor e passa a constituir um compromisso institucional compartilhado entre educação, família, serviços especializados e políticas públicas. Nesse contexto, as equipes multidisciplinares representam não apenas um suporte técnico, mas um elemento estratégico para a garantia do direito à aprendizagem e à participação de todos os estudantes.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. Desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 82, p. 11–24, nov. 2009.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2008.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: CFP, 2018.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 60. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. *Educação especial no contexto da educação inclusiva*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LUCK, Heloísa. *Pedagogia da interdisciplinaridade: fundamentos teórico-metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; TOYODA, Cristina Yoshie. Inclusão escolar pela via da colaboração entre universidade e redes de ensino. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 41, p. 81-93, jul./set. 2011.

MENDES, Laura Rosa Ribeiro. Equipes multiprofissionais: desafios e possibilidades frente às prioridades definidas pelas políticas educacionais. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 28, 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MITTLER, Peter. *Educação inclusiva: contextos sociais*. Tradução de Windyz Brazão Turner. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PEÇANHA, Geraldo. *Minha escola recebeu alunos para a inclusão: que faço agora?* São Paulo: Wak Editora, 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, Elizangela Gehrke; CAMPOS, Elizandro Troni; BRAGA, Loredani Verão; CARDOSO, Margarete Moreira da Silva. Equipe multiprofissional como suporte à inclusão escolar: desafios e perspectivas. In: **SEMANA DE INCLUSÃO DA UEMS**, 2025. Anais [...]. Mato Grosso do Sul: UEMS, 2025. p. 41-45.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores*. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999.